

Público

29-11-2014

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 51453

Temática: Justiça

Dimensão: 1346

Imagem: S/Cor

Página (s): 8/9

BdP foi à Suíça pedir esclarecimentos sobre relações do Eurofin com o BES

Na sequência das buscas, MP constitui dois novos arguidos: a ex-directora financeira do BES, Isabel Almeida; e o administrador do BES Vida, António Soares, com funções no Novo Banco

Justiça
Cristina Ferreira

O Banco de Portugal (BdP) confrontou directamente, na Suíça, os responsáveis das sociedades financeiras Eurofin, sobre o seu papel, enquanto prestadoras de serviços do grupo português, em operações de compra e recompra de títulos de dívida de holdings, entre elas a Espírito Santo International (ESI), apurou PÚBLICO ao mais alto nível junto do supervisor. Estes movimentos, que determinaram perdas para o BES de 1249 milhões de euros, estiveram antem na centro das buscas policiais, realizadas às instalações do BES e do Novo Banco, que levaram à constituição como arguidos de quadros que transitaram para a nova instituição bancária liderada por Eduardo Stock da Cunha.

Apesar de ter começado a investigar no início deste ano o relacionamento dos veículos financeiros suíços com o universo Espírito Santo, como o PÚBLICO noticiou em Março, o supervisor apenas avançou com os contactos directos com as sociedades Eurofin após a intervenção estatal no BES, formalizada a 3 de Agosto. E foi já depois da criação do Novo Banco, que o departamento de supervisão do BdP enviou delegados a Lausanne, sede do Eurofin (de que o GES foi accionista com 23% até 2009), no quadro das averiguações à anterior administração do BES, para recolha de informações e de prova.

As autoridades investigam suspeitas de falsificação de documentos e de abuso de confiança relacionadas com a gestão de carteiras de clientes do antigo BES. Em causa estão financiamentos às holdings falidas da família Espírito Santo com dinheiro de clientes do BES, por via de obrigações emitidas e de seguida recompradas pelo banco, em articulação com os veículos Eurofin. As transacções decorreram semanas antes do colapso e já com o BES impedido por Carlos Costa de manter negócios com partes relacionadas. O Eurofin, que actua como prestador de serviços do grupo português, garante não ter colocado

ou promovido produtos de investimento para o GES ou clientes do BES e desconhecer o contexto em que as operações se desenvolveram.

As transacções foram executadas pelo Departamento Financeiro, de Mercado e Estudos, quando este era tutelado pelo ex-CFO Morais Pires, com a colaboração de Isabel Almeida, ex-directora financeira. Tal como António Soares, ligado à administração do BES Vida, Isabel Almeida foi constituída arguida na sequência das investigações desencadeadas na quinta-feira pela unidade de combate à corrupção da Polícia Judiciária. O PÚBLICO sabe que há outros altos quadros do grupo notificados antes das buscas que decorreram em vários pontos do país. Os principais responsáveis do ex-BES, como, por exemplo, Ricardo Salgado (este visado também no processo *Monte Branco*) e Morais Pires são já arguidos neste processo.

As diligências policiais desencadeadas esta semana, com origem numa queixa-crime apresentada em Setembro pelo BdP (após o relatório de auditoria forense contra actos da anterior gestão de Salgado), abrangeram 41 locais, 34 deles domiciliários. A acção policial no BES antigo, que funciona agora na Rua Barata Salgueiro, e nas instalações do Novo Banco - na sede, no 14.º andar da Avenida da Liberdade, em Lisboa, e no Taguspark, em Oeiras, onde está todo o acervo documental do grupo - resultou na "apreensão" de cerca de cinco milhões de registos informáticos.

O PÚBLICO sabe que as inquirições abrangeram habitações de quadros do Novo Banco de segunda e terceiras linhas, gerentes e subgerentes de agências, espalhadas por vários pontos do país. Com excepção da ex-administração de Salgado, toda a estrutura de efectivos do BES manteve-se operacional, daí as buscas ao Novo Banco e a alguns dos seus quadros.

A casa de Ricardo Salgado, em Cascais, voltou quinta-feira a ser alvo de buscas, agora num contexto distinto do processo *Monte Branco*. Os investigadores visitaram ainda as residências de ex-gestores do BES, como o



Exceptuando a administração de Salgado, os efectivos do BES mantiveram-se no Novo Banco

PS critica "encomenda" das conclusões

O PS acusou ontem o primeiro-ministro de querer "encomendar as conclusões" da comissão de inquérito à gestão do BES e do Grupo Espírito Santo (GES) com declarações na quinta-feira em entrevista à RTP.

"O primeiro-ministro quis encomendar as conclusões da comissão de inquérito. É inadmissível", venceu o deputado do PS coordenador na comissão parlamentar de inquérito, Pedro Nuno Santos.

O parlamentar falava no dia seguinte ao primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, ter voltado a defender a solução encontrada pelo Banco de Portugal para o BES, através de uma resolução,

e frisou que esta foi apoiada pelo Governo, através de "muitas trocas de impressão", dizendo que "o que aconteceu no BES não é resultado de má supervisão, é resultado de má gestão do banco". "Espero que nenhuma comissão de inquérito inverta este problema", apelou o primeiro-ministro.

Já na noite de quinta-feira o deputado socialista Vieira da Silva havia criticado Pedro Passos Coelho pelas declarações envolvendo a comissão parlamentar.

"O trabalho da comissão de inquérito é não deixar nada de fora: gestão, supervisão e governação", realçou Pedro Nuno Santos. **Lusa**

ex-CFO Morais Pires e Joaquim Goes, que pertencia à comissão de partes relacionadas, criada no final de 2013 por recomendação do BdP. O seu objectivo era garantir que a circulação de fundos do BES para o GES seria interrompida, o que acabou por não se verificar.

O Ministério Público poderá ter aproveitado a acção desta semana, ampla, para recolher dados sobre outros inquéritos em curso. Existe uma suspeita de que Salgado possa ter recorrido a um "saco azul", o ES Enterprise, para movimentar cerca de 300 milhões de euros para pagamentos não documentados dentro do grupo, mas também a terceiros da esfera privada e pública. A informação já noticiada pelo PÚBLICO (7/11/2014) concentra as atenções policiais que procuram determinar a abrangência da acção do ES Enterprise, com sede na Suíça. O GES usava os veículos Eurofin para movimentar as verbas para o ES Enterprise.

Público

29-11-2014

Periodicidade: Diário**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 51453**Temática:** Justiça**Dimensão:** 1346**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 8/9

A revista 2 do PÚBLICO de 19/10/2014 (ver *Crónica do Fim do Império*), revelou dois “negócios” no radar das averiguações: a pedido de Salgado, a Escom (detida pelo GES e devedora do BES), vendeu em 2006, ao construtor José Guilherme (de quem o banqueiro diz ter recebido uma prenda de 14 milhões de euros) cerca de 30% das três Torres de Luanda em construção, por sete milhões de dólares. A posição foi revendida à Escom, antes da venda dos andares, por 34 milhões.

A segunda operação controversa está associada à dívida ao BES do universo empresarial do presidente do Benfica, Luís Filipe Vieira, com créditos, em 2012, da ordem dos 600 milhões. O ex-CFO do BES, Morais Pires, reestruturou a dívida e colocou-a em fundos do BES Vida e da ESAF, o que permitiu retirar pressão sobre Vieira, que deixou de constar na lista dos grandes devedores ao BES exigida pelo BdP e pela *troika*.